

## TRAMA GOLPISTA

## STF ouve testemunhas

Ministro Alexandre de Moraes começa hoje a tomar os depoimentos da acusação e da defesa do núcleo político, composto por Bolsonaro e sete aliados. Amanhã, Primeira Turma decide se militares da ativa e da reserva e um policial federal se tornam réus

» LUANA PATRIOLINO

Ed Alves CB/DA Press



Os depoimentos no Supremo vão começar depois de Moraes negar pedido da defesa do ex-presidente para adiar as audiências: nomes da acusação serão ouvidos a partir das 15h

O inquérito que investiga a tentativa de golpe de Estado para tentar manter o ex-presidente Jair Bolsonaro no poder dá passos importantes nesta semana. Hoje, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), começa a ouvir as testemunhas convocadas na ação penal contra o chamado “núcleo 1” — que envolve Bolsonaro e outros sete aliados. Na terça-feira, é iniciado o julgamento do terceiro grupo de denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

O “núcleo 3” é composto por 12 pessoas, sendo militares da ativa e da reserva do Exército e por um policial federal (veja a lista completa). Segundo a PGR, esse grupo promoveu ações táticas para concretizar o golpe. Uma dessas táticas teria sido uma campanha pública deliberada para pressionar o Alto Comando das Forças Armadas a aderir à trama golpista.

Eles são denunciados pelos crimes de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, envolvimento em organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. Caso a Primeira Turma aceite a denúncia da PGR, os acusados se tornarão réus e passarão a responder a uma ação penal. O colegiado é formado pelos ministros Alexandre de Moraes, relator do caso; Cristiano Zanin, Cármen Lúcia, Luiz Fux e Flávio Dino.

Até o momento, três grupos viraram réus na Suprema Corte pelo conluio, sendo 21 acusados. Entre eles, Bolsonaro, apontado como o líder do chamado “núcleo crucial”. Segundo a Procuradoria, o ex-presidente tinha ciência e participação ativa em uma trama golpista para se manter no poder e impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também é descrito um plano de assassinato contra autoridades e o apoio aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 como a última cartada do grupo criminoso.

## Como será

Moraes começa a ouvir, hoje, os depoimentos das testemunhas de acusação e de defesa de Jair Bolsonaro e de outros sete aliados. As oitivas se iniciam após Moraes negar pedido da defesa do ex-presidente para adiar

as audiências.

Os advogados de Bolsonaro alegaram que o volume de provas apresentadas no processo é elevado e que enfrentam dificuldades técnicas para acessar integralmente os arquivos. Moraes, no entanto, rejeitou o argumento, apontando que as defesas tiveram tempo hábil para se preparar desde a abertura da ação penal.

Com a instauração do procedimento, haverá a fase de produção de provas por parte da acusação e dos advogados de defesa. Nessa etapa, serão coletadas materialidades, realizadas oitivas de testemunhas e analisados todos os documentos que possam reforçar ou enfraquecer a acusação.

Conforme o cronograma estabelecido, as testemunhas de acusação serão ouvidas a partir das 15h. O depoimento das partes de Mauro Cid, que fechou acordo de colaboração premiada, será em 22 de maio, às 8h. No dia seguinte, começam a se manifestar

## Veja quem faz parte do núcleo 3

Bernardo Romão Correa Netto (coronel);
Cleverson Ney Magalhães (coronel da reserva);
Estevam Cals Theophilo Gaspar de Oliveira (general da reserva);
Fabrício Moreira de Bastos (coronel);
Hélio Ferreira Lima (tenente-coronel);
Márcio Nunes de Resende Júnior (coronel);
Nilton Diniz Rodrigues (general);
Rafael Martins de Oliveira (tenente-coronel);
Rodrigo Bezerra de Azevedo (tenente-coronel);
Ronald Ferreira de Araújo Júnior (tenente-coronel);
Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros (tenente-coronel);
Wladimir Matos Soares (agente da Polícia Federal).

as partes de defesa dos demais réus. Ao todo, foram indicadas 82 pessoas. Algumas são comuns a mais de um citado.

Outro conjunto de testemunhas é composto de servidores públicos. A lista inclui militares

do Exército, Marinha e Aeronáutica, policiais e procurador, entre outros cargos. Serão ouvidos o general Freire Gomes e o tenente-brigadeiro Baptista Júnior, comandantes do Exército e da Aeronáutica, quando foi minuta de

golpe apresentada.

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), fazia parte da lista. No entanto, acabou dispensado pela PGR. Ele continua como testemunha de Anderson Torres, ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública da capital na época dos atos golpistas de 8 de Janeiro, mas não é obrigado a comparecer.

No dia seguinte, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), deve depor como testemunha de Bolsonaro. Nessa mesma leva, o senador Ciro Nogueira (PP-PI) e o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, serão ouvidos. Também estão previstos depoimentos do ex-ministro da Saúde e deputado federal (PL-RJ) Eduardo Pazuello; e do ex-vice-presidente e atual senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS).

A advogada Beatriz Alaia Collin, especialista em direito penal, explica a importância dessa etapa do processo. “Ações penais são

demoradas, ainda mais quando o caso é complexo e quando há três ou mais corréus. Todavia, vislumbra-se que o Supremo tem dado prioridade e celeridade aos casos envolvendo a tentativa de golpe ocorrida em 8 de Janeiro, sobretudo, acredita-se, em razão da gravidade dos crimes praticados, da lesão ao patrimônio público e da ameaça à democracia”, afirma.

O advogado constitucionalista Belisário dos Santos Júnior, por sua vez, aponta que, mesmo com os trâmites demorados, o Supremo corre contra o tempo para tentar encerrar o julgamento dos acusados até o fim do ano. O receio é que o resultado aumente a polarização nas eleições de 2026. “A sociedade espera que o tribunal julgue isso. E, portanto, esses atos foram tremendos. As pessoas esperam que o Supremo dê uma resposta, qualquer que seja essa resposta. Por isso, eu acredito que esse processo se encerra ainda neste ano, inclusive, com novas prisões”, destaca o especialista.



ROBERTO BRANT

**O BRASIL CERTAMENTE NÃO PODE ESTAR ALHEIO A NENHUM DESSES MOVIMENTOS, MAS SEM DEIXAR DE RECONHECER QUE NÃO TEMOS O PODER NECESSÁRIO PARA MOLDAR SEUS DESENVOLVIMENTOS, CABENDO-NOS NOS MOVER COM INTELIGÊNCIA E SOBRIEDADE PARA PROTEGER DA MELHOR MANEIRA O INTERESSE NACIONAL**

## A busca insensata por protagonismo

Li em algum lugar que Joaquim Nabuco, quando embaixador do Brasil nos Estados Unidos, nos primeiros anos da República, teria dito que uma virtude essencial da política externa de um país seria o senso de realidade e de proporção, querendo certamente dizer com isso não se fazer maior nem menor do que a realidade. Seria fazer justiça à nossa diplomacia, reconhecer que na maior parte da nossa vida republicana a política externa brasileira tem-se mantido fiel àquela virtude, não se apequenando diante dos mais poderosos nem cultivando a fantasia de um poder e de uma influência que naturalmente não temos.

Por razões e modos diferentes, o governo passado e o atual têm imposto à nossa política externa um tipo de ativismo partidário, estranho à nossa tradição e prejudicial aos nossos interesses permanentes. Essa

disposição torna-se particularmente imprudente em um momento de grande turbulência geopolítica, quando a “ordem internacional baseada em regras”, que vinha organizando a convivência entre os países desde o final da II Grande Guerra, está em processo de dissolução.

O momento do mundo está marcado por três movimentos de ruptura que vão transformar a vida numa direção imprevisível. O primeiro foi a invasão da Ucrânia pela Rússia, rompendo quase 80 anos de paz na Europa. O segundo é a presidência de Donald Trump, que está pressionando os limites da democracia americana, desfazendo acordos e compromissos e afirmando o fim de princípios e valores na política externa americana. O terceiro, de caráter mais estrutural, é a emergência de uma nova ordem em que empresas de tecnologia com con-

trole da inteligência artificial rivalizam com os Estados soberanos na luta por influência e domínio geopolítico. É nesse cenário de grande complexidade que deve atuar a política externa.

O Brasil certamente não pode estar alheio a nenhum desses movimentos, mas sem deixar de reconhecer que não temos o poder necessário para moldar seus desenvolvimentos, cabendo-nos nos mover com inteligência e sobriedade para proteger da melhor maneira o interesse nacional. O voluntarismo ideológico de Bolsonaro e de Lula tem impedido o Itamaraty de agir como uma instituição profissional a serviço do interesse permanente do Estado brasileiro e nos exposto até a certas situações que beiram o ridículo.

No caso exemplar da Ucrânia, Lula tem evitado que nossa política externa expresse sua longa fidelidade ao

princípio da não intervenção, princípio especialmente imprescindível a países, como o nosso, que não têm os meios materiais para se defender em todas as situações. Nosso presidente nunca condenou com a ênfase necessária a Rússia invasora, prega uma paz sem condições e ainda por cima vai a Moscou para, na companhia exclusiva de 30 ditadores, levar a sua homenagem ao líder russo e à sua política, em um gesto que fere a nossa tradição e o próprio sentimento do povo brasileiro.

No caso dos Estados Unidos, o ex-presidente Jair Bolsonaro e seu círculo mais fiel demonstra uma vassalagem aos piores aspectos do governo Trump e ainda cultiva abertamente a fantasia de uma intervenção americana em nossas instituições. Do seu lado, o presidente Lula não se cansa de provocar desnecessariamente o líder americano que, malgrado o horror que

possa nos causar, até o momento não provocou danos diretos ao nosso país, mesmo porque uma tarifa piso de 10% que nos foi aplicada é muito menor do que a tarifa média com que taxamos todas as nossas importações.

Por fim, o presidente e sua mulher, de um modo aparentemente impróprio e desajeitado, buscaram no presidente chinês apoio para conter em nosso país a invasão das empresas de tecnologia, parecendo ignorar que, se nos Estados Unidos essas empresas na atual gestão parecem ter capturado o Estado para os seus fins, na China as campeãs de tecnologia atuam sob o controle e a subordinação completa ao Estado. Será esse o modelo com que nosso presidente sonha para o Brasil?

Entre o amadorismo, a presunção e a ideologia, nossa política externa está perdendo o sentido da realidade e da proporção.